

Policiais na rede: repertórios interpretativos nas manifestações discursivas de comunidades criadas por policiais no Facebook

Rafael Alcadipani

Cintia Rodrigues de O. Medeiros

INTRODUÇÃO

Desde os anos 2000, novas tecnologias da web, popularmente conhecidas como mídias sociais, mostram-se como oportunidades para ricas interações humanas, visto que prescindem da presença física dos atores. Particularmente, as redes sociais online adquiriram importância significativa na sociedade contemporânea, em parte, por criarem espaços para a produção de discursos online, apontando



para sua utilidade política (KUSHIN; KITCHENER, 2009). Além disso, as redes sociais também quebram o monopólio da mídia tradicional de produzir notícias.

O uso das redes sociais online como uma arena política é emergente, o que aponta para necessidade de aprofundamento quanto às suas implicações, especialmente para a compreensão do espaço público e do funcionamento de instituições públicas. A discussão a respeito do impacto da redes sociais em administração pública tem ocorrido (RAMOS; PAIVA, 2009; ANGELIM, 2011; CAMPBELL; LAMBRIGHT; WELLS, 2014; GRIMMELIKHUIJSEN; MEIJER, 2015), mas ainda são incipientes análises realizadas nas redes sociais de grupos que defendem e buscam legitimar as ações de agentes públicos que, em alguns casos, são flagrantemente ilegais.

Esse fenômeno atinge uma amplitude de grupos diferentes, dentre esses, de policiais, que ocupam as redes sociais online por diversos motivos. Nos últimos anos, a polícia brasileira tem recebido críticas severas pelo seu grau de violência (G1, 2015; HUMANS RIGHTS WATCH, 2016) e pela baixa eficiência, o que levou a violência ao topo das pautas de discussões, principalmente, depois das manifestações de 2013 ocorridas no país. Acompanhando esse movimento, nas eleições nacionais de 2014, colunistas e cientistas têm apontado que cresceu o número de parlamentares policiais (militares e civis) eleitos, os quais, em sua

maioria, defendem pautas que caracterizam um congresso altamente conservador (MARTINS, 2014).

Desde as primeiras civilizações, as forças policiais executam atividades relacionadas à segurança e bem-estar da população e, sobretudo, à aplicação da lei. Essas atividades, que estiveram desde então sob a tutela do Estado, desde as últimas décadas passam por reestruturações na sua forma de abrangência e atuação, e, ainda, em muitos países, não são mais monopólio dos governos, frente à forte tendência de sua privatização. A reestruturação das forças policiais no contexto das sociedades democráticas é discutida por Bayley e Shearing (1996) que apontam para implicações profundas na segurança pública, na vitalidade dos direitos civis e no caráter democrático do governo, além de uma crise de identidade das forças policiais. Não restam dúvidas de que as polícias são instrumentos do Estado para exercer o controle social, entre outras funções. Porém, nesta pesquisa, questionamos a ideia de que os policiais são meros instrumentos do aparato estatal, argumentando que esses se constituem em atores políticos em si.

Diante desse contexto, neste artigo, procuramos responder à seguinte questão de pesquisa: de que modo as práticas discursivas são produzidas quando os policiais se engajam como atores políticos em discussões desenvolvidas na rede social

online? Nesse sentido, nosso objetivo é explorar os repertórios interpretativos presentes nas discussões produzidas na rede social online, por policiais, conjuntamente com usuários da rede, acerca do ambiente das forças policiais no Brasil. Escolhemos como campo da pesquisa a rede social online Facebook, que possibilitou a emergência de comunidades e grupos que manifestam suas posições a respeito de um assunto, permitindo interações entre usuários. Quanto aos grupos para análise, nosso interesse volta-se para os grupos de policiais criados nessa rede, em âmbito nacional, para publicar suas manifestações a respeito das instituições sociais e governamentais e de acontecimentos da vida social. Conduzimos esta pesquisa orientando-nos pelas propostas de análise de práticas discursivas conforme Gill (2003) e Spink (2004), que adotam a perspectiva construcionista social.

Ao fazermos isso, pretendemos apontar para as lacunas existentes no campo dos estudos organizacionais nacionais quanto a considerar a força policial como núcleo central da pesquisa e quanto ao fenômeno das redes sociais como campo de pesquisa. Isso porque a força policial é uma organização pouco presente no referido campo de estudos e, quanto à rede social Facebook, essa tem sido utilizada nos estudos nacionais da área de marketing, porém, são raras as pesquisas realizadas considerando as interações de grupos e organizações potencializadas por esse espaço, no campo dos estudos organizacionais.

O artigo está estruturado da seguinte forma: depois desta introdução, fazemos breves considerações sobre o contexto sociocultural das redes sociais online e a produção de práticas discursivas, bem como sobre a força policial no Brasil. Prosseguimos descrevendo os procedimentos metodológicos da pesquisa, apresentando e discutindo os resultados alcançados. Por fim, nossas considerações finais encerram o artigo.

REDES SOCIAIS ONLINE: REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS E RESISTÊNCIA

As redes sociais online (*social network sites* – SNS) constituem-se em um espaço para a criação de perfis públicos (ou semi-públicos), como figuras públicas, comunidades e grupos que compartilham informações, opiniões e outras expressões. Esse fenômeno global, que oferece meios atraentes para interação e comunicação, tornou-se interesse de pesquisadores acadêmicos de diversos campos de conhecimento (GUESS, 2008; BARON, 2008; KOLEK; SAUNDERS, 2008; RAMBE, 2012), que focalizaram as estruturas dessas redes, questões de privacidade, o gerenciamento de amigos e impressões online (BOLINO; TURNLEY, 2003; VAZIRE; GOSLING, 2004; BOYD; ELLISON, 2007; RECUERO; SOARES, 2013), entre outros (GONÇALVES *et al.*, 2015). Esse interesse foi despertado, entre outras razões, pelo crescimento exponencial de participantes dessas redes, sendo a mais

popular delas o Facebook.com, que fechou o ano de 2015, com mais de 1,59 bilhão de usuários ativos mensais (CANALTECH, 2016).

Esse fenômeno atraiu interessados do campo da Administração Pública, tanto em âmbito nacional bem como internacional, como o estudo de Campbell, Lambright e Wells (2014) sobre o modo como organizações públicas e sem fins lucrativos utilizam essas redes, e a pesquisa de Grimmelikhuijsen e Meijer (2015), que mostra que, ao aumentar a transparência utilizando o twitter, a força policial alemã aumenta a legitimidade percebida, pelos cidadãos, de suas ações, ainda que de forma limitada. Desde 2009, o periódico *Internet & Policy*¹ publica artigos de pesquisas sobre alguns aspectos e as implicações da internet para as políticas públicas, em virtude da importância que a rede mundial assumiu. Dentre essas implicações, a utilização das redes sociais pela administração pública tem sido focalizada, como: Crump (2011) examinou o crescente interesse, desde 2008, da força policial britânica no uso de mídias sociais como base para o engajamento com o público. Analisando especificamente o Twitter, o autor conclui que as restrições da cultura policial fizeram com que essa rede tenha sido usada com cautela e como um reforço aos meios de comunicação existentes. Small (2012) examina a extensão pela qual o Twitter tem sido utilizado por departamentos e

¹ [http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/\(ISSN\)1944-2866/homepage/ProductInformation.html](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1944-2866/homepage/ProductInformation.html)

agências do governo canadense. Como resultados, a autora encontrou que a utilização do governo na rede social caracteriza-se pela prestação de serviços, o que vai ao encontro da sua estratégia de e-government, a qual tem sido elogiada pelo público.

No Brasil, Ramos e Paiva (2009) mapearam os blogs de policiais que compõem a blogosfera policial brasileira e realizaram uma análise sobre seu perfil, o perfil do policial blogueiro e os impactos dos blogs na polícia, na mídia e na sociedade. Os resultados da pesquisa mostram que os blogs constituem-se, para indivíduos desprovidos de recursos para participação do debate público, em um mecanismo para influenciar políticas públicas, sensibilizar grupos sociais, mobilizar colegas e colaborar para a solução de crimes” (RAMOS; PAIVA, 2009, p. 44). E Angelim (2011) realizou uma pesquisa etnográfica com foco em policiais militares residentes no estado do Rio de Janeiro, editores de blogs sobre segurança pública, adotando uma perspectiva antropológica e histórica para pesquisar “a trajetória e as aspirações deste grupo social específico, assim como os usos e o desenvolvimento do instrumental tecnológico que serve como meio para divulgação de seus enunciados e posições políticas” (ANGELIM, 2011, p. 6).

A utilização das SNS como arena para discussão política é emergente e suscita a criação de comunidades, grupos e figuras públicas que estimulam os usuários a

interagirem na rede, expressando opiniões sobre determinados assuntos, fazendo parte da produção de discursos. Não só no Brasil, mas também em diversos outros países (KOHUT, 2008), as redes sociais, principalmente o Facebook, foram utilizadas para discussões sobre as campanhas de candidatos às eleições, e , frequentemente, elas têm sido utilizadas por grupos, comunidades e indivíduos para colocarem em pauta suas expressões políticas, seus valores e pontos de vista (DAHLBERG, 2001).

O Facebook constitui-se em um espaço que leva as pessoas a se engajarem em uma discussão online, expressando seus pontos de vistas, ora divergentes entre si, ora convergentes, tornando-se um potencial meio para usuários receberem informações políticas sobre os amigos em sua rede, tais como as suas posições políticas e filiações, bem como a sua participação em grupos políticos (WILLIAMS; GULATI, 2007). Para Boyd (2010), trata-se de um público em rede que produz uma dinâmica diferente dos contextos de interação tradicionais, alterando o espaço onde o discurso é produzido e ganha significado. Isso porque, segundo a autora, o discurso produzido na SNS não se restringe à audiência percebida, as fronteiras entre o público e privado são tênues e difusas, e, ainda, o contexto nem sempre é compartilhado pelos participantes.

Para Fairclough (2003), discursos são representações da vida social, pois representam a vida social de um conjunto de atores sociais posicionados diferencialmente e privilegiados por estruturas sociais. Esse autor sugere que “discursos incluem representações de como as coisas são e devem ser, tão bem quanto imaginárias – representações de como coisas podem ou poderiam ou deveriam ser” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 207). Se os discursos também têm uma função ideológica, ou seja, ideologias são produzidas pelo discurso, Fairclough e Wodak (1997) sugerem que, para entender como ideologias são produzidas, a análise de textos por si só não é suficiente, pois é necessário considerar a prática discursiva, isto é, o modo como os textos são interpretados e recebidos e quais os efeitos sociais esses produzem.

Discursos, como aqui entendemos, diferentemente da visão tradicional, não são simples sequências de palavras, mas, sim, um conjunto de enunciados com a mesma formação discursiva, conforme a acepção de Foucault (1986, p. 56): “Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Nessa perspectiva, os discursos não produzem ideologias, pois Foucault (1986) recusa a noção de ideologia, a qual considera dificilmente utilizável, preferindo substituí-la pela noção de saber-poder.

Isso posto, os discursos de policiais na rede social online Facebook se inserem em um jogo de poder do qual fala Foucault (2010), em uma forma de reação contra as normas e contra a limitação de espaço para manifestações. Isso porque as redes sociais mediadas pela internet, pelas suas características, “têm a possibilidade hoje de reunir os atores sociais em um ambiente é possível articular o debate de temas importantes para um grupo específico, uma comunidade ou para a sociedade como um todo” (LOPES; QUADROS, 2015, p. 99). Nesse sentido, a força policial, que constitui-se em um instrumento do aparato estatal para controlar e assegurar a ordem pública, se situa como um ator político nas redes sociais online para manifestar contra os limites que a lei impõe para o cumprimento de suas funções, como, por exemplo, os direitos humanos. Conforme explica Foucault (2010), existe uma preocupação em controlar, selecionar, organizar e redistribuir os discursos, o que implica em uma luta pelos discursos. É nesse sentido que consideramos que os grupos e comunidades da rede social online podem se constituir em uma forma de protestar contra o discurso padrão e tentar inserir novas formações discursivas.

Um ponto de concordância entre Fairclough (2003) e Foucault (2010), que também é encontrado em Bakhtin (1969), está no conceito do discurso como uma prática social e na ideia de que esse se constitui e é constituído nos processos de interação, e não no processo do sujeito de falar. Nesse contexto teórico, o conceito

de prática discursiva se refere, como Spink e Medrado (2004, p. 45) entendem, “à linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas”.

As práticas discursivas são constituídas por (a) enunciados orientados por vozes, (b) formas ou gêneros de fala e (c) repertórios interpretativos ou conteúdos (SPINK; MEDRADO, 2004). Isso leva ao entendimento de Potter e Wetherell (1987) de que os indivíduos não fazem suas escolhas a partir de repertórios interpretativos já disponíveis, ao contrário, esses procuram negociar um posicionamento viável utilizando ferramentas conforme os recursos sociais e culturais disponíveis para construir suas descrições de acontecimentos, suas versões das ações e de outros fenômenos. Nessa direção, Burr (1995) coloca que repertórios interpretativos são recursos sociais disponíveis para aqueles que compartilham uma dada cultura e são mobilizados em contextos específicos.

A resistência é estudada em diferentes perspectivas, sendo a mais tradicional, nos estudos organizacionais, a resistência à mudança, que trata o indivíduo como um produto de atitudes negativas individuais (DENT; GOLDBERG, 1999), ou seja, trabalhadores resistem à mudança porque temem o novo ou a resistência é própria deles ou não entendem a mudança. Uma perspectiva sociológica vê a resistência como um produto de luta de classes, ou seja, a dialética da resistência

do trabalhador e o controle gerencial, podendo a resistência ser ilustrada como atos de sabotagem e greves coletivas (EZZAMEL; WILLMOTT; WORTHINGTON, 2001). No entanto, essas perspectivas são criticadas por diversos autores. Jermier *et al.* (1994), por exemplo, critica que, antes de assumir a grande narrativa de conflito de classes, é preciso reconhecer que a identificação e caracterização da resistência varia de situação para situação, ou seja, a resistência opera de maneiras diferentes em contextos específicos. Isso porque a resistência pode surgir na forma de manipulação de estatísticas ou da tecnologia (KNIGHTS; McCABE, 1998) ou através do humor (ACKROYD; THOMPSON, 1999) ou na defesa ou expressão de identidade (KNIGHTS, 2002) ou outras formas discursivas nas quais a subjetividade pode ser uma fonte de resistência (KNIGHTS; McCABE, 1998).

Na esteira desse entendimento, o indivíduo participa ativamente da vida social na construção de versões sobre o cotidiano no qual interage. Dessa maneira, o indivíduo nem sempre aceita a regulação passivamente e desencadeia gestos de resistência, mas, sim, esse utiliza-se de outros mecanismos de resistência, como inserir a voz de protesto em espaços alternativos, como a rede social online.

FORÇA POLICIAL BRASILEIRA

A Segurança Pública consiste em um dos problemas mais sérios da sociedade contemporânea, e, tendo em vista o aumento considerável da violência e da criminalidade, constitui-se em objeto de debate e mudanças na sua forma de atuação e estrutura (BAYLEY; SHEARING, 1996). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Artigo 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida através dos seguintes órgãos: 1) Polícia Federal; 2) Polícia Rodoviária Federal; 3) Polícia Ferroviária Federal; 4) Polícias Civis; 5) Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Beato Filho (1999, p. 20) elenca algumas características das forças policiais brasileiras que as distinguem de outros países: “embora o controle das polícias estaduais seja formalmente do exército, do ponto de vista prático elas subordinam-se à autoridade do governador dos estados, o que sem dúvida nenhuma contribui para a diferenciação existente entre as forças estaduais”. Ainda, as forças policiais no Brasil desempenham uma multiplicidade de funções: “tratam do policiamento ostensivo, das atividades de bombeiro, cuidam de florestas, de trânsito urbano e rodoviário e do policiamento de prisões, além de constituírem-se em forças auxiliares do exército, atuando efetivamente como guardas nacionais” (BEATO FILHO, 1999, p. 20).

Estudos recentes apontam para mudanças das forças policiais em relação a sua organização, estrutura e responsabilidades. Hirschfield e Simon (2010), por exemplo, analisam a cobertura da mídia de casos em que policiais, no cumprimento do dever, matam suspeitos de terem cometido crimes. Conforme os achados da pesquisa, a mídia emprega várias estratégias de comunicação simbólica para construir imagens e mobilizar significados que legitimam a violência policial. Isso porque, de modo geral, os governos têm calcado sua concepção de crime nos direitos humanos, o que inclui, entre as modalidades de crime, aqueles cometidos pelo Estado.

No contexto internacional, mudanças estruturais, como a privatização da polícia, levam as forças policiais a uma crise de identidade (BAYLEY; SHEARING, 1996) que, por sua vez, faz emergir um ator político que se posiciona em uma estrutura social. Bayley e Shearing (1996, p. 3) concluem que “o medo do crime, a ausência de políticas sociais de melhoramento, a ineficácia da dissuasão, a ascensão da propriedade privada em massa, e a mercantilização da segurança são forças poderosas que irão moldar o futuro do policiamento”. Isso reforçará as tendências dualistas no policiamento, “com as conseqüentes distorções de equidade, direitos humanos e transparência”.

Essas tendências são discutidas por Bicudo (2000, p. 91), ao analisar que o modelo de organização das forças policiais no Brasil, “compartmentalizada em polícia militar e polícia civil – não atende às necessidades da sociedade, relativamente à sua segurança”. Na visão desse autor, trata-se de um modelo esgotado que traz “índices cada vez maiores de violência contra os segmentos mais discriminados da sociedade, como os meninos e meninas de rua, os pobres, os negros, os homossexuais e toda a sorte de excluídos” (BICUDO, 2000, p. 4).

Os dados da 8ª.Edição do Anuário de Segurança Pública no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014) desenham um retrato em que predominam a violência e a criminalidade, o que vai ao encontro da ideia de que o modelo atual das forças policiais no Brasil deve ser revisto. Segundo o Anuário, ocorreram “53.646 mortes violentas em 2013, incluindo vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014, p. 6). Os números relacionados à vitimização e letalidade policial também contribuem para o cenário de violência: “ Nos últimos 5 anos a soma é de 1.770 policiais vitimados. No mesmo período, as polícias brasileiras mataram o equivalente ao que as polícias dos EUA em 30 anos”, computando-se no período de 2009 a 2013 11.197 mortes causadas por policiais civis ou militares (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014, p. 6).

O modelo da força policial brasileira vem sendo discutido desde os anos 1990 (BICUDO, 2000; BENGOCHEA *et al.*, 2004), resultando em propostas para a nova configuração das polícias, como a PEC 51/2013 que prevê a “formação de polícias municipais, estaduais e federal desmilitarizadas, que atuem em patrulhamento ostensivo e investigação, e a criação de ouvidorias externas e independentes” (SENADO, 2013). As propostas dividem opiniões, porém, defensores e opositores concordam quanto à necessidade de uma nova configuração para a força policial no Brasil.

Entretanto, as mudanças já promovidas em termos de políticas públicas de segurança no Brasil não representaram um avanço que se configure em transformação social. Para Klaus e Cjajkowski Jr. (2005, p. 319), trata-se de um processo que vem ocorrendo de “forma bastante lenta, encontrando resistências significativas em um sistema de gestão tradicionalmente fechado e excludente”. Nessa mesma direção, Madeira e Rodrigues (2015) reconhecem que, apesar de um esforço dirigido para a gestão das políticas públicas de segurança no Brasil, ainda persiste a tensão entre visões punitivas e cidadãs, o que leva à não consolidação dessas políticas como alternativas democráticas para a mudanças necessárias nas condições de vida da população.

Analisando os modelos estruturais e funcionais de segurança pública dos estados de Minas Gerais e São Paulo, Fonseca, Ferreira e Gonçalves (2015, p. 395) comparam duas ações produzidas na gestão pública em segurança: “a difusão do modelo da nova gestão pública como substituto ‘natural’ da teoria da burocracia” e “a implantação de ‘novas estratégias e técnicas de gestão’ que se deu de modo praticamente concomitante à ação anterior”. Os autores concluem, a partir da percepção dos agentes públicos pesquisados, que existe uma dissociação dos planos e a percepção dos entrevistados, caracterizando as mudanças implementadas como puramente retóricas.

Ao discorrer sobre a força policial brasileira, não se pode negligenciar as pesquisas realizadas sobre o trabalho de policiais, cujos resultados apontam para as graves consequências emocionais e físicas decorrentes da natureza do trabalho policial, como, por exemplo, Amador *et al.* (2002), Lima (2003), Souza e Minayo (2005), Spode e Merlo (2006), Dantas *et al.* (2010), Souza *et al.* (2012), Bezerra, Minayo e Constantino (2013), entre outros. Esses estudos, de modo geral, apontam que a carreira policial é sujeita a riscos e perigos cotidianamente, colocando a integridade física e mental de seus membros à exposição, dadas as exigências específicas da profissão. Além disso, a exposição à violência e a eventos criminosos e ilegais é parte da profissão, causando tensões, transtornos à saúde, e

até mesmo homicídios e suicídios, desenhando um contexto que pode refletir na adoção, por parte dos policiais, em comportamentos de autodefesa.

Vale ressaltar os resultados da pesquisa conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015) “Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública” que desenharam um quadro das consequências danosas da profissão policial: em sua maioria, membros da força policial já sofreram ameaça em serviço, já foram acusados injustamente de cometerem atos ilícitos, já foram discriminados por serem policiais, tiveram membros da família ameaçados por serem parentes, já tiveram colegas vítimas de homicídios dentro e fora do trabalho. Ainda, a maior parte dos respondentes da pesquisa afirmou evitar usar transporte coletivo e esconder o uniforme ou distintivo no trajeto entre casa e trabalho, e citou como fatores de insegurança da categoria profissional a impunidade, a falta de apoio da sociedade, falta de apoio do comando e a falta de equipamentos pessoais de proteção.

Desse modo, o contexto profissional dessa categoria no Brasil é permeado por pressões inerentes à atividade policial, tanto pelas expectativas de segurança da sociedade, dos governos, agências e, também, dos membros da categoria. Assim, ao abordar a carreira policial, não se pode colocar à margem que essa categoria profissional convive com a violência real (materializada pelos índices de

homicídios, suicídios, injúrias físicas) e com a violência invisível (originada da tensão cotidiana e manifestada no plano psíquico), devendo corresponder a anseios e pressões sociais e governamentais (SOUZA *et al.*, 2012).

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Nesta pesquisa, que é de natureza qualitativa e abordagem interpretativista, analisamos os repertórios interpretativos produzidos dentro de grupos e comunidades criadas por policiais brasileiros na rede social online Facebook. Os grupos e comunidades analisados foram criados por variados motivos, mas, fundamentalmente, produzem e reproduzem práticas discursivas sobre a força policial brasileira.

Para selecionar os grupos e comunidades para comporem o material de análise, utilizamos o mecanismo de busca do Facebook introduzindo a palavra polícia, o que resultou em 109 usuários, abrangendo comunidades, organizações governamentais, organizações não governamentais, e outras categorias. Visando uma pré-seleção dos grupos e considerando que a questão de pesquisa está relacionada às características do discurso produzido entre membros de um grupo político no Facebook, elegemos os critérios: (a) tipo de grupo público; (b) mais de um ano de criação; (c) discussões ativas no período de dez meses (fevereiro a

novembro/ 2014); e (d) total de postagens com discussões superior a 20 comentários e respostas. O espaço temporal da pesquisa foi de 01 de março a 30 de novembro de 2014.

Desses, selecionamos para análise os perfis classificados como comunidades, os quais totalizaram seis que atenderam os critérios estabelecidos, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Comunidades do Facebook pesquisadas

Comunidade	Link	Total de curtidas
1. Abordagem policial	https://www.facebook.com/abordagem	149.856
2. Eu nasci para ser polícia	https://www.facebook.com/Eunascipraserpolicia?fref=ts	577.211
3. Apoio policial	https://www.facebook.com/FanpageApoioPolicial	249.177
4. Admiradores rota	https://www.facebook.com/pages/Admiradores-Rota/142467302540084	490.992
5. Força tática	https://www.facebook.com/forcataticasp?fref=ts	92.961
6. Flit Paralisante	https://www.facebook.com/pages/Flit-Paralisante/169915926374223	3.408

Fonte: Material da pesquisa.

Em seguida, acessamos os sites selecionados e buscamos postagens que contivessem discussões superiores a 20 comentários, e, usando a ferramenta copiar/colar, agrupamos o material em 199 páginas. No total, analisamos 28

postagens estimuladoras. Conduzimos a análise do corpus de pesquisa nos orientando pelas propostas de análise de práticas discursivas conforme Gill (2003) e Spink (2004), que adotam a perspectiva construcionista social, a qual “reconhece a centralidade da linguagem nos processos de objetivação que constituem a base da sociedade de humanos” (SPINK; FREZZA, 2004, p. 33). Isso implica que essa abordagem coloca as práticas discursivas como foco central de análise.

Nossa escolha foi em concentrarmos na análise dos repertórios interpretativos, um dos elementos constitutivos das práticas sociais que, por sua vez, são definidos como “o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas [...]” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 47). Embora reconheçamos que os repertórios interpretativos possuam inscrições históricas, a exemplo de Spink e Medrado (2004), nosso interesse recaí sobre os contextos de sentidos, e não na perspectiva de sua inscrição histórica ou temporal.

Sem estabelecer categorias *a priori*, analisamos o conjunto dos textos a serem analisados, adotando códigos por segmento, consistindo esses nas postagens estimuladoras e os comentários delas resultantes, aos quais atribuímos um código que sintetizou o seu conteúdo de forma descritiva. Em seguida, realizamos o processo de comparação do material empírico (comentários das postagens) para

identificar regularidades, semelhanças, distinções e contradições, o que nos forneceu indicações sobre as possíveis categorias. Em termos práticos, elaboramos um quadro com todos os códigos iniciais correspondentes aos comentários e respostas, e observamos que conteúdos similares eram encontrados em vários trechos. Conforme Potter e Wetherell (1987), repertórios interpretativos são conjuntos de termos relacionados entre si que se organizam em torno de uma ou mais metáforas centrais. Nessa etapa, reconhecemos e agrupamos imagens, termos e expressões que nos levaram à identificação de três repertórios interpretativos: (1) a expressão que se tornou popular “Bandido Bom é Bandido Morto”; (2) a expressão popular no meio policial: “Soldado Morto, Farda em Outro”; (3) a expressão “Soldado-herói”. A partir de então, analisamos esses repertórios buscando apreender os posicionamentos assumidos pelos falantes nos repertórios e sua função de uso para construir suas versões. Assim, nossa análise resultou na identificação da recorrência de termos que agrupamos em quatro categorias: Ironias, Sarcasmos, Incivildades, Incitação à violência. Esses termos são utilizados para construir as versões de acontecimentos do meio policial, bem como para justificar determinadas práticas policiais

POLICIAIS NA REDE

Na análise das postagens e comentários, três repertórios caracterizam as práticas discursivas nas interações de comunidades ou grupos de policiais na rede social online Facebook: 1 – “Bandido bom é bandido morto” (11 postagens); 2 – “Carreira policial” (10 postagens); 3 – “Soldado morto, farda em outro” (7 postagens). As postagens estimuladoras são realizadas pelos administradores da página e, a partir dessas, os usuários postam comentários, vídeos, imagens e outros textos, produzindo, assim, práticas discursivas que manifestam seus pontos de vista, valores e opiniões.

Bandido Bom é Bandido Morto

O primeiro repertório interpretativo, “Bandido Bom é Bandido Morto”, é resumido em uma expressão muito recorrente nas postagens e comentários analisados quando o assunto são os direitos humanos e o trabalho para o qual a força policial foi treinada. Nesse repertório, várias postagens estimularam a interação dos usuários com comentários que caracterizam a ideia de que os policiais devem matar os bandidos, pois seria melhor se os bandidos fossem eliminados da sociedade. As interações são produzidas a partir de textos, vídeos e imagens. Uma

imagem bastante recorrente é a de uma lata de coca-cola com a inscrição (Figura 1).



Figura 1: Imagem recorrente da temática 1

Fonte: dados de pesquisa

Esse repertório sinaliza para a concepção de que o trabalho policial implica estar em um campo de guerra, onde o inimigo tem que ser eliminado, pois, caso contrário, o policial é quem será eliminado.

Há uma forte rejeição aos discursos dos direitos humanos nos *posts* analisados. No grupo "Apoio Policial", a manifestação contra os direitos humanos coloca que as próprias políticas levam à maior criminalidade, pois os crimes acabam acontecendo porque os causadores sabem que serão protegidos. A sugestão então é que, se alguém tiver que morrer, que sejam os criminosos, e não os policiais.

José Antônio Giraldelli Gallo Companheiros vamos quebrar geral estas merdas, se alguma mãe tem que chorar que sejam as desses merdas ok, foda-se os direitos dos manos, CAVEIRA.

Heitor Sá de Carvalho Isso é o resultado direto das Políticas dos Direitos dos Manos e Marias do Ossário! (Apoio Policial)

Os comentários postados no grupo “Nasci para ser Polícia” reivindicam que as autoridades policiais tomem alguma atitude concreta contra as organizações que têm como objetivo assegurar os direitos humanos. Aqui também o comentário atribui que “nossos problemas” ocorrem devido às políticas de direitos humanos protegerem aqueles que usurpam a mesma lei estabelecida para colocar a ordem que a força policial trabalha para manter.

Jovani Grazioli Autoridades policiais deveriam começar a fazer pressão e acabar com essa palhaçada de direitos humanos

Jovani Grazioli Alguém tem de cortar as asas dos direitos humanos. Lá está boa parte dos nossos problemas.

Jovani Grazioli Vão aceitar isso sem reclamar!?? Onde está a autoridade do comando, que não reage aos desmandos dessa corja dos direitos humanos? (Nasci para Ser Polícia)

No grupo "Força Tática", a rejeição aos direitos humanos se expressa no repertório Bandido Bom é Bandido Morto como, também, na alegação de que a polícia está fazendo o seu trabalho, portanto, não cabe aqui a ação dos direitos humanos para "vagabundo", já que esse, no posicionamento da postagem, não merece o tratamento dispensado a humanos.

Furiaterra Terraplanagem Espero que essa merda de direitos humanos não se intrometa pois polícia de verdade tem que fazer isso mesmo sem medo de ser punido

Alexandre Meds q pena q não morreu esse bosta... Deveria tar numa vala com tiro de 12 na cara kkkkkkkkkk a merda q esse bosta ainda vai comer na nossas custas com imposto carrissimo q pagamos nessa merda d Pais...a policia deveria fazer uma limpeza nas ruas e foda -se os direitos humanos pra vagabundo ..

Well Lima nem falo nada. kkk depois vem direitos humanos e dizer que os policiais exageraram e maltrataram o pobre(Força Tática)

Os comentários postados no grupo "Admiradores Rota" expressam não só a rejeição aos direitos humanos, mas, também, a concordância com a pena de morte e a volta do Regime Militar no país.

Vilma Garcia é assim: não foi filha, esposa, mãe deles que foi estrupada (sic) e morta. Concordo que nesse caso provado de crime deveria sim existir a pena de morte e não ter direitos humanos para quem não é humano e não respeita humanos...horível e repugnante..

Edvandro Bastos Vando Esse é mais um motivo pelo que apoio a volta do regime militar... Ai esse aprendizes de marginal rapidinho aprenderia a ser homem e respeitar autoridade.

Vera Santos Moor Direitos malditos isso sim. são os piores cúmplices de bandidos. deveria ser instinto essa raça criminosa que só serve para acoitar os marginais.

Eunice Alves affffff to cansada de ver vagabundo ser tratado como gente trabalhadora, honesta..... Esses malditos matam, estropam, roubam e sempre tem a desgraça chamada direitos humanos pra defender, passei por uma situação muito ruim, perdi meu marido, alias policial militar nas mãos desses vagabundos, apoio so da minha familia e da familia policial, apareceu alguem dos direitos humanos..... imagina pra que, a familia dos lixos e mais importante do que minha familia..... Acorda brasil, com letra minuscula mesmo, tenho vergonha de ser brasileira (Admiradores Rota).

No Flit Paralisante, os comentários expressam a mesma rejeição aos direitos humanos:

Grazi Isis Victória Me identifico bem com o dono dessa pagina...falo bem o que penso e não to nem ai...um investigador de policia desaparecido a quase uma semana e ninguem toma atitude nenhuma ...eu ja imaginava que ele estava morto, pq carro localizado na favela é foda..k merda que a gente esta vivendo nessa policia...se fosse um "di menor" a vaca dos direitos dos manos ja estaria na cola do mala...ta foda mesmo(FLIT.PARALISANTE)

Soldado-Herói

O repertório interpretativo "Soldado-Herói", também bastante recorrente, compreende postagens estimuladoras sobre a profissão do policial, enfatizando sua função principal de segurança e os riscos e perigos que os policiais enfrentam no cumprimento do dever. Tais postagens defendem o uso da força e afirmam que a profissão não é valorizada pelo Estado, por instituições e outros grupos.

Uma postagem estimuladora na rede é uma notícia veiculada sobre a acusação feita pela Rede Globo contra um PM:

Quando a Globo acusou a PM de atingir o cinegrafista da BAND
Jornalismo não é arte, onde se pode fingir realidades visando realizar críticas sociais, políticas e ideológicas. Em sua tarefa informativa é muito grave quando a imprensa se deixa levar por preconceitos e suposições que ao tempo em que geram audiência por parecerem “furos” também lançam à lama biografias e atitudes legítimas. Se é abusivo dizer que todos os manifestantes praticam violência, também é irresponsável achar que as ações policiais em protestos são as únicas geradoras de danos. No vídeo abaixo um repórter da Globo atribuiu à Polícia Militar o lançamento do artefato que atingiu o cinegrafistas morto hoje no Rio de Janeiro: (AbordagemPolicial).

Essa postagem estimulou comentários defendendo a profissão policial e questionando a posição e a atuação da imprensa: “A Globo é um câncer”, “A mídia adora por a culpa na polícia” e “E agora, será que o repórter Bernardo Menezes irá se desculpar com a polícia? E será que ele será punido pela falsa acusação?”

O descontentamento com as políticas de segurança e a desvalorização da profissão fazem emergir o repertório interpretativo soldado-herói no sentido defesa da profissão. Nessas postagens os policiais são chamados de guerreiros, heróis, profissionais essenciais. Em meio a todos os elementos, a defesa da profissão surge na forma de congratulações (Parabéns), reconhecimento e admiração. A profissão policial, em alguns comentários, recebe a gratidão aos

policiais pelo amor, dedicação e pelo fato de arriscarem suas vidas para proteger a sociedade.

Francisca Provinciali Moccellin Deus proteja nossos honrados policiais.salve a Rota.salve salve(Admiradores.Rota)

Ivani Abreu SoaresKkkkkkkkkkkkkk Parabéns guerreiros Comando Aguiar

Maria Helena Que Deus proteja os nossos policiais... Arriscam as vidas e ainda por cima ganham um mixária..

Ricardo Garcia Olha o que nossa PM passa...e recebem MISÉRIA de remuneração. TEMOS QUE IR AS RUAS TAMBÉM PARA MELHORAR OS SALARIOS DOS POLICIAIS, PROFESSORES E OUTROS PROFISSIONAIS ESSENCIAIS AO NOSSO PAÍS. (Apoio.Policial)

Kewen Jhonathan isso mesmo tem que te dó de ninguém não safado tem que morre, antes eles do que vcs polícia militar admiro muito vcs todos parabéns anjo da terra

Maria Emilia Lopes de Oliveira Parabéns pelo amor que você demonstra pela sua profissão! (Força.Tática)

Sergio Cristiano Ótimo trabalho parabéns a equipe

Douglas Ferreira Triste é ver as pessoas não dando valor a tal dom(profissão). Parabéns guerreiros! Qap sempre!

Andres Carpe Dien Parabéns a polícia militar! Viva Guerreiros!

Marcos Motta Você que fica desacreditando a polícia, esse carro poderia ser o seu... Esses homens e mulheres arriscam suas próprias vidas para recuperar seus bens. Pense nisso antes de falar MERDA de que os protege dia e noite. Parabéns,, heróis diários.

Mauricio Banin Parabéns aos guerreiros!!
Pena não terem o devido reconhecimento e bem o apoio dos governantes...

Marcelo Hashimoto Sousa Esse país está todo errado. Vejo vários vídeos desses malas ofendendo a corporação. Ofende TB o cidadão. Temos que dar um basta nisso! Pra começar, devemos mostrar que estamos do lado da Polícia. Não vamos compactuar com a mídia suja que inverte valores qdo nossos policiais cumprem seu dever. Vamos mostrar que o poder é NOSSO e não dessa corja de vagabundos!

Eliú Francisco de Melo Parabéns Guerreiros!QUE DEUS OS GUARDE SEMPRE!

Graça Fernandes Andrade

<https://www.facebook.com/video.php?v=858791604171759> Enquanto os senadores aprovam leis que proibam policiais a usar armas letais contras esses jovens "indefesos", eles se armam contra a polícia e contra a sociedade.

Jair Menezes Agora me respondam, essa ação é para qualquer um ou a POLÍCIA é para quem tem VOCAÇÃO??? Os guerreiros fazem uma perseguição de alto risco e interceptam o veiculo roubado sem provocar danos ha outros motoristas,isto sim é aplicar o que se treina dia a dia em seu BATALHÃO... Parabéns aos GUERREIROS(Nasci para ser Polícia).

As postagens e comentários do Flit Paralisante reagem à proposta de unificação das polícias, enfatizando que isso seria o fim da Polícia Civil: "Paulo Sérgio JS Sempre ouvi dizer que para unificar as polícias é preciso eliminar numa delas. Acredito que o governo paulista optou por acabar com a Civil, que é menor em número e menos belicosa. E esses delegados subservientes à PM, estão facilitando as coisas para o governo". Tais postagens ressaltam o antagonismo entre as polícia civil e militar, atribuindo a essa última o papel de força dominante: "Grazi Isis Victória Pois é né, td contra a polícia civil,

sempre.....” e “Valdemir Lacerda E quem agrediu policial, vi o video com un monte de pm agredindo se nao fosse as cameras seriam apenas uma versão ou seja da Pm” e “José Luiz Lacerda S Estou prevendo que se os delegados ficarem abaixando as calças ...logo será o fim da polícia civil....Absurdo os samangos dando ordem?” (Flit.Paralisante).

Soldado Morto, Farda em Outro

O repertório interpretativo “Soldado Morto, Farda em Outro” tem como ideia principal a desvalorização da força policial e o tratamento que os governantes brasileiros dispensam quando se fala em morte de policiais em serviço.

“Soldado morto, farda em outro”: que essa orientação parece fazer parte do entendimento de muitos governantes Brasil afora, até se desconfiava, mas dizer isso de maneira clara e pública num debate eleitoral é a primeira vez que ocorre. Ao ser provocado a falar sobre a morte de policiais no Rio de Janeiro (que em 2014 já teve 216 policiais baleados e 62 mortos), o candidato Marcelo Crivella disse que “para cada policial morto, nós vamos formar mais dez, e mais dez e mais dez...” (Abordagem Policial).

As mudanças propostas relacionadas à atuação das polícias no Brasil é assunto recorrente nos comentários. Um membro da comunidade “Nasci Para Ser Polícia” postou uma charge que critica a desmilitarização da polícia:



Figura 2: Imagem ilustrativa da temática 3

Fonte: Dados de pesquisa.

Essa postagem gerou comentários como: “Rejane Dias Sacanagem! Kkkkkkk ! O Brasil vai de mal a pior. A polícia já não tem a valorização e o respeito merecidos, imagine se andar desarmada?! Armas não letais? Fala sério! Fico imaginando o que esse pessoal do legislativo tem em mente ao criar um projeto desse. Tem que rir pra não chorar!” (Nasci para ser polícia).

No grupo Flit Parlimente também houve contestação quando uma postagem anunciava que “Pesquisa diz que 77,2% dos policiais são a favor da desmilitarização da PM”(Flit Parlimente).Os comentários reagiram dizendo ser

mentira e inconstitucional: "Jair Ferreira Praxedes Mentira isso" e "Carlos Alberto Da Silva Silva a Constituição fala, Desmilitarização, caberá mudanças na Constituição Federal, portanto, é Inconstitucional a desmilitarização da Polícia Militar, portanto.....!!!!!!!"(Flit Paralisante).

Termos dos repertórios interpretativos

Na análise dos comentários postados quanto a esses repertórios, encontramos termos comuns que, em seu conjunto, remetem à presença de resistência e contestação nos discursos produzidos. Os repertórios interpretativos estão articuladas nos comentários analisados, pois a partir da postagem estimuladora, é possível vislumbrar que as práticas discursivas produzidas são caracterizadas por ironias, sarcasmos, incivilidade, incitação à violência. Assim

Ironias e sarcasmos

A ironia é endêmica nas relações sociais e, conseqüentemente, na vida organizacional (HOYLE; WALLACE, 2008). Embora ironia e sarcasmo tenham diferenças, aqui apresentamos os dois elementos em conjunto pelo fato de ambos os termos serem utilizados como uma zombaria, não correspondendo àquilo que supostamente se pretendia afirmar, ou, como define o *Johnson's English Dictionary*,

ironia é “o modo de falar cujo significado é o contrário das palavras”. A linguagem não literal (ironia e sarcasmo) é utilizada para satisfazer objetivos específicos de discurso (ROBERTS; KREUZ, 1994) ou para mostrar solidariedade com o ouvinte (ATTARDO, 2000).

No caso dos comentários postados no Grupo Apoio Policial, as ironias e sarcasmos reforçam a temática Bandido Bom é Bandido Morto, referindo-se ao que ocorreu com os indivíduos que, ao serem apreendidos, deveriam ter sido mortos e não apenas acidentados.

Antonio Montana porra bagulho tá doido, mesmo mas na minha opinião os dois deveriam ser mortos...acidentes acontecem...

Ricardo Augusto Pena que o tiro foi na perna e não na cabeça. Ladrão tem que morrer

Gilmar Rocha Chorei muito vendo os rapazes caídos no chão foi lindo

Glauber Jozileny Costa Podia ter quebrado o pescoço em vez da pernaCarlos GodoySuper natural o relato da cadela! Será q ela sabe q era uma vida q ela ajudou a matar, essa biscate?

Vida Amor Não ofenda a cadela. Isso aí é um lixo escória, e os outros também são.

Darlan Leopoldino Que absurdo chamar a garota de cadela meu jovem. Tenho uma cadelinha viralata em casa e ela nao gostaria de ser comparada com essa tranqueira. (ApoioPolicial).

Ironias e sarcasmos também são recorrentes quando o assunto é o desarmamento da polícia com armas letais. Nas postagens do Grupo Nasci Para ser Polícia, os comentários com tons de zombaria mostram o descontentamento com essa possibilidade, ironizando que o trabalho policial vá trocar armas por rosas, corações, bandeira branca, pois os supostos bandidos são jovens “indefesos”. A ironia e o sarcasmo aqui são claros, pois sabe-se que o armamento da força policial, muitas vezes, é inferior àqueles de posse de organizações criminosas.

João Oliveira Joga o triplo de Bomba e desce a Tonfa na cara!!! Da pra quebrar mesmo.....Daqui a pouco os Policias irão sair com rosas ao invés das armas....Lamentável...

Karoline Araujo Proximo passo sera a policia ficar balancando uma bandeira branca e fazendo coracaozinho em frente aos vandalos .

Windderson Santos Proximo passo, da arco e flexa pra pm! #Governodemerda

Graça Fernandes Andrade
<https://www.facebook.com/video.php?v=858791604171759> Enquanto os senadores aprovam leis que proibam policiais a usar armas letais contras esses jovens "indefesos", eles se armam contra a polícia e contra a sociedade.(Nasci para ser Polícia)

Incivilidade

A noção de incivilidade aqui utilizada é uma oposição ao conceito de civilidade de Elias (1994), que consiste em boas maneiras, refinamento, tanto de vestimenta quanto de linguajar, etiqueta e bons modos. Incivilidades incluem comportamentos que não têm civilidade e consideração pelos outros, não sendo, necessariamente, motivo para qualquer tipo de intervenção legal (BOTTOMS, 2006). Assim, utilizamos o termo para nos referirmos ao comportamento agressivo, na forma de ataques, grosserias e utilização de termos chulos. Esses últimos são dirigidos a autoridades, governos, instituições e organismos oficiais, bem como para os envolvidos em crimes ou, supostamente, criminosos.

Flavio Batista Morre um fdp nasce mais de mil... (Abordagem Policial)

Gilberto Nascimento Mais uma marmita de bandido falando merda pra poder aparecer. Postar asneiras no face é fácil, quero ver é terminar o ensino médio e em seguida cursar uma faculdade.

Enio Antonio QUE MERDA QUE ESTA ESSE PAIS !! MALDITO DIREITOS HUMANOS !!! PORQUE VCES NÃO LEVAM ESSE FDP PRA DORMIR COM A SUA FILHA OU ENTÃO COM SUA MÃE

Eduardo Du Cambada de filhos da puta... Direitos Humanos, sindicalistas, povo do PT... Vão todos pro inferno...(Admiradores Rota)

Cardoso Junior Agora vai fazer poly dance pro capeta!
Kkkkkkkkkkkk...foi pro inferno FDP! (Comando Aguiar)

Nilson Machado Deveriam ter mandados para o inferno. vão pra cadeia ficam pouco tempo e vão pra rua fazer de novo. EITA JUSTICINHA DE MERDA DE UMA PAIZIINHO DE MERDA, GOVERNADO POR BOSTAS. (Apoio Policial)

Fulvio Manrique Esse é o verdadeiro Delbosta!! ! kkkkkk é só isso que esses merdas sabem fazer. E tirar o cuzao deles da reta quando dá uma merda! (Flit.Paralisante)

Incitação à violência

No mesmo compasso que há uma rejeição aos direitos humanos, os comentários analisados expressam incitação à violência, o que sinaliza para a naturalização da violência. No grupo Abordagem Policial, os comentários expressam que a polícia deve matar todos os bandidos, deixando fora da violência a “população de bem”.

Elvis Gonçalves Tinha que matar era 100% a mais, bandido é claro.

Tadeu Stulzer que chegue a 1000%... Quanto mais criminosos forem prá vala, melhor para a população de bem...traficante e ladrão não pagam impostos...as pessoas de bem, pagam...(Abordagem.Policial)

Nos comentários do grupo Admiradores Rota, além de expressarem que a polícia deve ser violenta com os bandidos, os próprios autores expressam o desejo de praticar tal violência, descrevendo-a com certo detalhamento.

Elizete Silva Fernandes sem condições nunca vi comição de direitos defender senhoras de idade que tem morti programada e executada em hospital público isso é fato e foi denunciado a senhora implorou pela vida pediu pra se despedir dos filhos as imfermeiras sobri ordem não tiveram piedade santa casa[...]- DEFENDER UM MONSTRO ? E SE FOSI FILHA DELIS ? EU DARIA PRA ELI O SEGUINTE TRATAMENTO AMARRA NU

EM UMA ARVORI SECA EMROLA O P... DELI COM UMA ESTOPA DE
GASOLINA COLOCA FOGO JÁ TA DE BOM TAMANHO PRA ESTUPRADOR DE
CRIANÇA E ADOLECENTE

Daniel Coelho Essa é a polícia que eu quero ver nas ruas! Chega de pagar
pau pra vagabundo.E o machão que estava filmando e falando asneiras,
pegou uma criança no colo pra não apanhar. É assim que se faz, vamos
cortar as asas dessa raça, seja homem, mulher ou menor. E que venha os
direitos humanos.

Ana Lucia Granconato eu queria pegar uma tabua cheia de prego e dar
na cara da puta que ta falando com ele, e dar a filha do vagabundo que
esta orientando pro estrupador mata! (Admiradores.Rota).

Os comentários do grupo força Tática, Apoio Policial e Nasci para ser Polícia
também têm o mesmo teor: a polícia deve se munir de armas eficientes para
atirar e acabar com a "raça de vagabundagem", pois não é suficiente prender.

Denis Rodrigues ta certo... se ja deu a voz de prisão e eles atiram na
policia,pois a polícia tem q atirar mesmo mas atirar pra matar né pois
prender e a justiça solta pra roubar denovo é porque esses criminosos
não tem jeito mesmo (ForçaTática).

Luis Santos vagabunda mata esta safada gente
caraiooooooooooporaaaaaaaa estas merdas de vagabundossssss

Caroline Reis Acho que os policia tinham que se unir e acabar com a
raça da vagabundagem ... Não tem que prender não !! Manda logo pro
colo do capiroto!!

Vânia Lepper Bando de covardes. A Polícia vai deixar por isso mesmo???
CHAMA O ESQUADRÃO DA MORTE, executa todos eles e deixa um
bilhetinho tipo SOU MATADOR DE POLICIAL E MEREÇO MORRER

Otimar Pereira Vadia do caralho. Mete varios caroços na cabeça dessa
vadia.que raiva.mas antes disso cortava o dedo com o qual ela apontou o
PM(Apoio.Policial)

Geovane Moreira Em bandido tem que ser munição explosiva(Nasci para
ser Polícia)

Nossa análise teve como finalidade obter um melhor entendimento a respeito de um fenômeno, que são as práticas discursivas de comunidades temáticas relacionadas à força policial na rede social online Facebook. Os repertórios interpretativos constitutivos das práticas discursivas sinalizam para um discurso de resistência às políticas de direitos humanos, às possíveis reformas da força policial brasileira e à desvalorização da carreira policial. A seguir,

apresentamos nossos argumentos quanto ao nosso entendimento de que esses elementos traduzem-se em resistência e contestação.

RESISTÊNCIA E CONTESTAÇÃO NAS INTERAÇÕES PRODUZIDAS NO FACEBOOK

Ao analisar as discussões online produzidas conjuntamente com usuários da rede, acerca do ambiente das forças policiais no Brasil, interpretamos que essas se constituem em discursos de resistência e contestação. Para sustentar nossos argumentos de que as postagens analisadas constituem-se em uma forma de resistência, recorreremos à formulação de Foucault (2010) de que existe, socialmente, uma preocupação em controlar, selecionar, organizar e redistribuir discursos. É nesse sentido que consideramos que as redes sociais online podem ser utilizadas, como espaço para a mobilização de recursos discursivos, tanto para manter e reproduzir os discursos já estabelecidos, bem como para ameaçá-los, seja por meio da expressão de sua subjetividade ou pela defesa de sua identidade (KNIGHTS, McCABE, 1998; KNIGHTS, 2002). Assim, fazer postagens e comentários no Facebook consiste em uma forma de protestar, em opor uma resistência a um discurso estabelecido e tentar engendrar outras formações discursivas. Isso porque existe uma luta pelos discursos (FOUCAULT, 2010).

Os repertórios interpretativos por nós identificadas são recursos que os usuários mobilizam (BURR, 1995) para compor suas versões sobre as políticas de segurança pública e a atuação da força policial brasileira. Isso porque, conforme as postagens analisadas, o policial morto no desempenho de suas funções não chama a atenção para a elaboração de políticas que evitem tal tragédia, e a força policial atua no sentido de matar bandidos. Essas versões podem ser contextualizadas a partir dos resultados de pesquisas sobre o trabalho policial (LIMA, 2003; SOUZA; MINAYO, 2005; SPODE; MERLO, 2006, DANTAS *et al.* 2010; SOUZA *et al.* 2012; BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013) que apontam para um cenário de violência real e invisível no qual os policiais atuam, o que impacta no desempenho de suas funções, bem como na sua vida pessoal e familiar. A herança da formação das instituições policiais, bem como os estudos e estatísticas sobre a violência policial e outros fatores são assuntos recorrentes nos grupos e comunidades analisados, indo ao encontro dos resultados das pesquisas sobre o sofrimento e estresse no trabalho policial. As postagens estimuladoras são acontecimentos da vida social que têm como pano de fundo, principalmente, o contexto de atuação da força policial.

Nas interações analisadas, os comentários e postagens representam o ponto de vista dos usuários da rede, o qual se constitui em uma resistência ao discurso estabelecido por governos, organizações e instituições que defendem as políticas

mundiais de defesa dos direitos humanos. Para os membros das comunidades, ao adotar a proteção de criminosos, os organismos oficiais minam com a identidade do trabalho policial que é focado na proteção da sociedade contra esses criminosos. Ao produzir práticas discursivas que se opõem a discursos já estabelecidos, os usuários da rede social online analisada utilizam-se de diversos elementos, buscando legitimação para a violência policial (HIRSCHFIELD; SIMON, 2010). Dentre esses elementos, a rejeição aos direitos humanos é recorrente e se entrelaça com outros elementos, articulando, assim, uma nova formação discursiva.

Outros elementos estão imersos, como, por exemplo, a ironia e o sarcasmo. A ironia nem sempre é dita com a intenção de divertir e, por muitas vezes, está longe de ser uma brincadeira (HARDY; PHILLIPS, 1999). Interpretamos que as ironias e sarcasmo encontradas nos comentários, a despeito de seu teor humorístico, não se trata de uma brincadeira, mas sim do pensamento das pessoas que expressaram sua discordância com as políticas de segurança e de direitos humanos. Elementos como a incivilidade e a incitação à violência fazem parte dos repertórios interpretativos, expressando que consideram a violência policial legítima, e não há uma preocupação com o seu aumento crescente. A figura do Soldado-herói é uma forma de defesa da profissão, estando expressa nos repertórios interpretativos. A defesa da profissão decorre da desvalorização

sentida por esses profissionais, como mostra a pesquisa sobre vitimização de policiais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015). As postagens e comentários retratam os policiais como guerreiros, pois, com o objetivo de prover a população de segurança, esses envolvem-se em uma guerra contra bandidos que não merecem viver no mesmo espaço que os homens de bem. Ainda, são heróis que enfrentam bandidos, em condições precárias de trabalho, doando mais de si do que qualquer outro profissional.

Assim, esses repertórios expressam, em seu conjunto, uma oposição, no sentido de resistência, aos discursos estabelecidos quando o assunto é a atuação da força policial brasileira. A resistência é discutida em diferentes perspectivas, com um denominador comum que é o entendimento de que consiste em uma resposta a tentativas de exercer poder sobre uma parte que resiste (KÄRREMAN; ALVESSON, 2009).

Nesse ponto, recuperamos a noção de resistência em Foucault (1995, p. 248), para quem “não há relação de poder sem resistência, nem escapatória ou fuga, sem inversão eventual”. Isso porque, conforme o autor, “toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se sobrepor, a perder sua especificidade e finalmente a confundir” (FOUCAULT, 1995, p. 248). Nosso entendimento quanto aos repertórios

interpretativos produzidos por policiais e outros usuários para contarem suas versões sobre os acontecimentos, nas discussões online no Facebook, é que esses expressam um tipo de resistência que não significa o engajamento em movimentos de protesto e nem em ações explícitas. Aqui, a resistência consiste em uma resposta às tentativas de organismos, instituições, governos e a sociedade controlarem a estrutura e a natureza da atividade policial. É uma resistência cotidiana que ocorre continuamente, subvertendo e reescrevendo os discursos dominantes, ou seja, ela impõe mudanças. Com esse entendimento, queremos mostrar que a resistência nem sempre é explícita, porém, nem sempre silenciosa, pois repercute de modo a estimular a ação, neste caso, a violência policial.

Os repertórios interpretativos por nós analisados refletem a representação que os usuários têm do ambiente da força policial. Esses, embora não sejam hegemônicos, reescrevem os discursos de governos, organizações e instituições quanto à valorização da carreira policial, a reforma do sistema de segurança pública e as políticas de direitos humanos. Nesse sentido, argumentamos que as mídias sociais constituem-se em um fenômeno relevante para a administração pública, em geral, e, em particular, para as forças policiais, organizações nas quais o uso de mídia social tem se tornado cada vez mais popular (GRIMMELIKHUIJSEN; MEIJER, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, exploramos o uso da rede social online Facebook, por policiais, e analisamos as discussões online produzidas conjuntamente com usuários da rede, acerca do ambiente das forças policiais no Brasil. Em nossa análise, os repertórios interpretativos caracterizam-se pela resistência contra a desvalorização da carreira policial, contra instituições de defesa aos direitos humanos e contra as reformas que visam desmilitarizar as polícias. Ainda, as redes sociais online em geral e, particularmente, o Facebook, mostram-se como um espaço propício para manifestações diversas, incluindo a resistência cotidiana, na forma de oferecer versões particulares de acontecimentos, projetos e visões de mundo.

De modo geral, as práticas discursivas traduzem que a força policial é violenta porque trata com bandidos, os quais são mais violentos ainda e merecem morrer. O repertório “Bandido Bom é Bandido Morto” é bastante recorrente nas postagens e nos comentários, produzindo um discurso de que a violência policial é justificada e a força policial não pode sofrer mudanças que tirem dela o poder de matar, pois, se a polícia não matar, ela morre. Os direitos humanos, o judiciário e os políticos não dão cobertura à profissão. A figura do Soldado-herói é uma versão contada em defesa da carreira policial, a qual é expressa centrada na ideia de que a mesma não é valorizada, nem pela sociedade, nem pelos governos ou

organismos oficiais, mas os policiais, de fato, são heróis. A temática “Soldado Morto, Farda em Outro” expressa um descontentamento quanto às mudanças propostas para a força policial, bem como quanto ao modo como os políticos e governos têm direcionado seu discurso em relação à morte de policiais no trabalho.

Nossa pesquisa traz contribuições para o campo dos estudos organizacionais. Nós mostramos que o surgimento da resistência tem diferentes motivações e caminhos nos quais as pessoas se engajam para mudar significados, inclusive, ilustramos com as micro-políticas de resistência utilizadas, o que contribui para o entendimento da resistência nas organizações. Os resultados mostram ainda como as redes sociais online podem causar impacto na percepção, por parte da população, quanto à atuação de uma organização, a força policial, bem como das políticas públicas relacionadas à segurança, o que também se reflete em outros contextos organizacionais, haja vista que é crescente o uso das redes sociais online por parte das companhias. Apontamos também para o modo como as redes sociais online mudaram o modo como as pessoas recebem e disseminam informações, criando discursos em torno de questões públicas e políticas, abalando ou reforçando sua legitimidade. E, por último, apresentamos um estudo empírico sobre um fenômeno, as redes sociais online, trazendo novos *insights* para o campo dos estudos organizacionais, principalmente, no tocante às interações

sociais mediadas pela internet e como elas estão relacionadas com as organizações na produção e reprodução de discursos.

Quanto às limitações da pesquisa, citamos que a rede social online *Facebook* como campo de pesquisa tem características particulares que devem ser consideradas na análise dos resultados. Além disso, os resultados encontrados sobre os repertórios interpretativos presentes em comunidades da força policial brasileira não permitem que nossa análise seja estendida a outros contextos. Nesse sentido, sugerimos que outras pesquisas sejam realizadas considerando outros espaços de interações, sejam eles virtuais ou presenciais. A seguir, encaminhamos outras sugestões para pesquisa: aprofundar nos elementos caracterizadores da resistência nos discursos de policiais, utilizar a análise de conversação como técnica de análise, e analisar a utilização política das redes sociais por parte de grupos e organizações.

REFERÊNCIAS

ACKROYD, S.; THOMPSON, P. *Organizational misbehaviour*. London: Sage, 1999. 192 p.

ACQUISTI, A.; GROSS, R. Imagined communities: awareness, information sharing, and privacy on the Facebook. In: GOLLE, P.; DANEZIS, G. (Ed.). WORKSHOP ON PRIVACY ENHANCING TECHNOLOGIES, 6h, 2006, Cambridge. Proceedings... Cambridge, Robinson College, 2006. p. 36-58.

AMADOR, F.; SANTORUM, K.; CUNHA, C. S.; BRAUM, S. M. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 22, n. 3, p. 54-61, período 2002.

ANGELIM, D. M. O fenômeno dos blogs policiais. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ATTARDO, S. Irony as relevant inappropriateness. Journal of Pragmatics, Dordrecht, v. 32, n. 6, p. 793–826, May 2000.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1969. 200 p.

BARON, N. S. Always on: language in an online and mobile world. Oxford: Oxford University Press, 2008. 304 p.

BAYLEY, D. H.; SHEARING, C. F. The future of policing. *Law & Society Review*, Salt Lake City, v. 30, n. 3, p. 585-606, 1996.

BENGOCHEA, J. L. P.; GUIMARAES, L. B.; GOMES, M. L.; ABREU, S. R. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013.

BICUDO, H. A unificação das polícias no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 91-106, set./dez. 2000.

BOLINO, M. C.; TURNLEY, W. H. More than one way to make an impression: exploring profiles of impression management. *Journal of Management*, Cambridge, v. 29, n. 2, p. 141-160, Apr. 2003.

BOTTOMS, A. Incivilities, offence and social order in residential communities. In: HIRSCH, A. V.; SIMESTER, A. (Ed.). Incivilities: regulating, offensive behavior. Oxford: Hart, 2006. p. 239-280.

BOYD, D.; ELLISON, N. Social network sites: definition, history, and scholarship. Journal of Computer–Mediated Communication, New York, v. 13, n. 1, p. 210-230, Oct. 2007.

BOYD, D. Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Z. (Ed.). Networked self: identity, community, and culture on social network sites. London: Routledge, 2010. p. 39-58.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 499 p.

BURR, V. An introduction to social constructionism. London: Routledge, 1995. 208 p.

CAMPBELL, D. A.; LAMBRIGHT, K. T.; WELLS, C. J. Looking for friends, fans, and followers? Social media use in public and nonprofit human services. *Public Administration Review*, Washington, v. 74, n. 5, p. 655-663, Sep./Oct. 2014.

CANALTECH. Facebook já tem 1,59 bilhão de usuários em todo o mundo. 28 jan. 2016. Disponível em: <http://corporate.canaltech.com.br/noticia/facebook/facebook-ja-tem-159-bilhao-de-usuarios-em-todo-o-mundo-56955/> Acesso em: 20 fev. 2016.

CRUMP, J. What are the police doing on twitter? Social media, the police and the public, *Policy & Internet*, Washington, v. 3, n. 4, p. 1-27, 2011.

DAHLBERG, L. Computer-mediated communication and the public sphere: a critical analysis. *Journal of Computer-Mediated Communication*, New York, v. 7, n. 1, Oct. 2001.

DENT, E.; GOLDBERG, S. Challenging "resistance to change". *The Journal of Applied Behavioral Science*, London, v. 35, n. 1, p. 25-41, Mar. 1999.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1. 264 p.

EZZAMEL, M.; WILLMOTT, H.; WORTHINGTON, F. Power, control and resistance in “the factory that time forgot”. *Journal of Management Studies*, Cambridge, v. 38, n. 8, p. 1053–1079, Dec. 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003. 288 p.

FAIRCLOUGH, N. L.; WODAK, R. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.) *Discourse as social interaction*. London: Sage, 1997. p. 258-284.

FONSECA, J. A.; PEREIRA, L. Z.; GONÇALVES, C. A. Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 395-422, mar./abr. 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 8. ed. São Paulo: FBSP, 2014. 156 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Pesquisa de Vitimização e Percepção de Risco entre Profissionais do Sistema de Segurança Pública*. 29



jul. 2015. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//regionais_diagramado.pdf. Acesso em: 20 fev. 2016.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010. 80 p.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. 244 p.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Ed.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREY, K.; CZAJKOWSKI JR, S. O município e a segurança pública: o potencial da governança democrática urbana, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 297-325, mar./abr. 2005.

GILL, R. Análise de discurso. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 244-270.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; MEIJER, A. J. Does twitter increase perceived police legitimacy? *Public Administration Review*, Washington, v. 75, n. 4, p. 598-607, July/Aug. 2015.

GUESS, A. Taking Facebook back to campus. *Inside Higher Ed*, 24 Oct. 2008. Disponível em: <http://www.insidehighered.com/news/2008/10/24/socialweb>. Acesso em: 24 nov. 2014.

G1. Violência policial no Brasil é criticada em relatório do governo dos EUA. 26 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/violencia-policial-no-brasil-e-criticada-em-relatorio-do-governo-dos-eua.html>. Acesso em: 20 fev. 2016.

HERRING, S. Computer-mediated discourse analysis: an approach to researching online behavior. In: BARAB, S.; KLING, R.; GRAY, J. (Ed.). *Designing for virtual communities in the service of learning*. New York: Cambridge University Press, 2004. p. 338-376.

HIRSCHFIELD, P. J.; SIMON, D. Legitimizing police violence. Newspaper narratives of deadly force. *Theoretical Criminology*, London, v. 14, n. 2, p. 155-182, May 2010.

HARDY, C.; PHILLIPS, N. No joking matter: discursive struggle in the Canadian refugee system. *Organization Studies*, London, v. 20, n. 1, p. 1-24, Jan. 1999.

HOYLE, E.; WALLACE, M. Two faces of organizational irony: endemic and pragmatic. *Organization Studies*, London, v. 29, n. 11, p. 1427–1447, Nov. 2008.

HUMANS RIGHT WATCH. Brazil: curb police and prison Abuses. 27 jan. 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2016/01/27/brazil-curb-police-and-prison-abuses>. Acesso em: 20 fev. 2016.

JERMIER, J.; KNIGHTS, D.; NORD, W. Introduction. In: JERMIER, J.; KNIGHTS, D.; NORD, W. (Ed.). *Resistance and power in organizations*. London: Routledge, 1994. p. 1-24.

KÄRREMAN, D.; ALVESSON, M. Resisting resistance: Counter-resistance, consent and compliance in a consultancy firm. *Human Relations*, New York, v. 62, n. 8, p. 1115–1144, Aug. 2009.

KNIGHTS, D. Writing organizational analysis into Foucault. *Organization*, London, v. 9, n. 4, p. 575–593, 2002.

KNIGHTS, D.; McCABE, D. "What happens when the phone goes wild?" Staff, stress and spaces for escape in a BPR telephone banking work regime. *Journal of Management Studies*, Cambridge, v. 35, n. 2, p. 163-194, Mar. 1998.

KOHUT, A. Social networking and online videos take off: Internet's broader role in campaign 2008. 11 Jan. 2008 Disponível em: http://www.issuelab.org/resource/social_networking_and_online_videos_take_off_internets_broader_role_in_campaign_2008. Acesso em: 8 abr.2008.

KOLEK, E. A.; SAUNDERS, D. Online disclosure: an empirical examination of undergraduate *Facebook* profiles. *Journal of Student Affairs Research and Practice*, Washington, v. 45, n. 1, p. 1-25, 2008.

KUSHIN, M. J.; KITCHENER, K. Getting political on social network sites: exploring online political discourses on Facebook. *First Monday*, Bridgman, v. 14, n. 11, p. 1-25, 2009.

LIMA, M. E. A. A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 82-91, Dez. 2003.

LOPEZ, D. C.; QUADROS, M. R. Esfera pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30. p. 92-103, jan./jun. 2015.

MACLENNAN, M. L. F., LUGOBONI, L. F., ZITTEL, M. V. M., TABATA, R.; CORRÊA, H. L. Associação entre intensidade de uso de mídias sociais, credibilidade e decisão de compra. *NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 65-77, 2014.

MADEIRA, L. M.; RODRIGUES, A. B. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 3-21, jan./fev. 2015.

MARTINS, H. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. Agência Brasil. 09 out. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PETRINI, M.; POZZEBON, M. Usando Grounded Theory na construção de modelos teóricos. *Gestão & Planejamento*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2009.

POTTER, J.; WETHERELL, M. *Discourse and social psychology*. London: Sage, 1987. 256 p.

RAMBE, P. Critical discourse analysis of collaborative engagement in Facebook postings. *Australasian Journal of Educational Technology*, Figtree, v. 28, n. 2, p. 295-314, 2012.

RAMOS, S.; PAIVA, A. Do tiro ao Twitter: blogosfera policial no Brasil. *Série Debates CI*, Brasília, n. 1, p. 1-50, 2009.

RECUERO, R.; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da *fanpage* "Diva Depressão". *Galáxia*, São Paulo, n. 26, p. 239-254, 2013.

ROBERTS, R. M.; KREUZ, R. J. Why do people use figurative language? *Psychological Science*, Washington, v. 5, p. 159–163, 1994.

SENADO. Proposta de Emenda Constitucional n. 51 de 2013. Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial.

Disponível em:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate= 114516.

Acesso em: 30 out.2014.

SMALL, T. A. E-Government in the age of social media: an analysis of the Canadian government's use of Twitter. *Policy & Internet*, Washington, v. 3, n. 4, p. 91-111, 2012.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, . 4, p. 917-928, out./dez. 2005.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S., SILVA, J. G.; PIRES, T. D. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, July 2012.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, n. 19, v. 3, p. 362-370, 2006.

SPINK, M. J. P. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 87 p.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-39.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 41-61.

VAZIRE, S.; GOSLING, S. D. E-perceptions: personality impressions based on personal websites. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 87, n. 1, p. 123-132, 2004.

WILLIAMS, C.; GULATI, G. Social networks in political campaigns: Facebook and the 2006 midterm elections. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 103th, 2007, Chicago. Proceedings... Chicago: APSA, 2007.

Políciais na rede: repertórios interpretativos nas manifestações discursivas de comunidades criadas por policiais no Facebook

Resumo

A emergência da internet, entre outros impactos, criou uma via popular para a manifestação e discussão de questões sociais, econômicas e políticas, abrindo maiores possibilidades de análise das interações humanas, agora também mediadas por diversos recursos eletrônicos. Neste estudo, analisamos o uso da rede social online Facebook, por policiais, com o objetivo de explorar os repertórios interpretativos presentes nas discussões produzidas na rede social online, por policiais, conjuntamente com usuários da rede, acerca do ambiente das forças policiais no Brasil. A abordagem da nossa pesquisa é qualitativa e utilizamos a análise de práticas discursivas de perspectiva construcionista social para operacionalizar a análise. Os resultados apontam para três repertórios interpretativos nas práticas discursivas em comunidades da força policial brasileira nas postagens e interações analisadas: "Bandido bom é bandido morto", "Soldado-herói" e "Soldado morto, farda em outro". Esses repertórios, por sua vez, caracterizam-se pela manifestação de resistência.

Palavras-chave

Força policial; violência policial; resistência.

Policemen on the web: interpretatives repertoires in the discourses manifestations in the communities created by policemen on Facebook

Abstract

The emergence of the Internet, among other impacts, created a popular via for manifestation and discussion of social, economic and political issues, opening greater possibilities of analysis of human interactions, now also mediated by various electronic resources. In this study , we analyze the use of online social network Facebook , by police , in order to explore the interpretative repertoires present in the discussions produced the online social network for police , in conjunction with network users , about the environment of the police in Brazil. The approach of our research is qualitative and we use the analysis of discursive practices of social constructionist perspective to operationalize research. The findings reveal three main interpretative repertoires in the discursive practices in the communities of the Brazilian police force in the posts analyzed: "good bandit is killed bandit", "police career" and "dead soldier, uniform in another." These repertoires, in turn, are characterized by the manifestation of resistance.

Keywords

Police force; police violence; resistance

La policía en la red: repertorios interpretativos en las manifestaciones discursivas de las comunidades creado por la policía en Facebook

Resumen

La aparición de Internet, entre otros impactos, creó una vía popular para la demostración y discusión de temas sociales, políticos y económicos, abriendo mayores posibilidades de análisis de las interacciones humanas, ahora también mediada por diversos recursos electrónicos. En este estudio, se analiza el uso de la red social Facebook, por la policía, con el objetivo de explorar los repertorios interpretativos presentes en las discusiones en línea producidos conjuntamente con los usuarios de la red, sobre el medio ambiente de las fuerzas policiales en Brasil. El enfoque de nuestra investigación es cualitativa y utilizamos el análisis de las prácticas discursivas de la perspectiva construccionista social para poner en práctica el análisis. Los resultados muestran tres repertorios interpretativos en los discursos pronunciados en las comunidades de la policía brasileña en mensajes e interacciones analizó: "bandido bueno es asesinado bandido", "carrera policial" y "soldado muerto, uniforme en otro." Los repertorios, a su vez, se caracterizan por la expresión de resistencia.

Palabras clave

Policía; la violencia policial; resistencia

Autoria

Rafael Alcadipani

PhD em Management Sciences pela University of Manchester. Professor Adjunto da Fundação Getulio Vargas. E-mail: rafael.alcadipani@fgv.br.

Cintia Rodrigues de O. Medeiros

Doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas. Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: cintia@ufu.br.

Endereço para correspondência

Rafael Alcadipani. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas. Av. Nove de Julho, 2029, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil. CEP: 01313-902. Telefone: (+55 11) 32817740.

Como citar esta contribuição

ALCADIPANI, R.; MEDEIROS, C. R. O. Policiais na rede: repertórios interpretativos nas manifestações discursivas de comunidades criadas por policiais no Facebook. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 7, p. 559-627, ago. 2016.

POLICIAIS NA REDE: REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS NAS MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS
DE COMUNIDADES CRIADAS POR POLICIAIS NO FACEBOOK

Contribuição Submetida em 27 jan. 2016. Aprovada em 4 abr. 2016. Publicada online em 6 set. 2016. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 3 | N. 7 | AGOSTO | 2016 | ISSN: 2358-6311